



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANO E ORÇAMENTO
SECRETARIADO TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA POBREZA**

SINTESE DA SESSÃO PLENÁRIA DO OBSERVATÓRIO DA POBREZA (OP)

INTRODUÇÃO

Realizou-se no dia 28 de Abril de 2003 no Hotel Rovuma em Maputo, a 1ª Sessão plenária do Observatório da Pobreza (OP). Presidida por S. Excia. a Sra. Ministra do Plano e Finanças. O OP é um fórum de natureza consultiva com o fim de aprofundar a interacção entre o Governo e os seus parceiros (nacionais e internacionais) na monitoria e avaliação (M&A) da implementação das políticas e planos adoptados em prol da redução da pobreza, com destaque para o PARPA.

A sessão de abertura foi feita por S. Excia. o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, que convidou aos presentes a proporcionar um **diálogo aberto e franco** na procura de melhores soluções para os problemas existentes.

Estiveram presentes representantes do Estado e representantes dos parceiros nacionais, isto é, Confissões Religiosas, Organizações Não Governamentais, Organizações Sindicais dos Trabalhadores, Organizações de Empresários, Instituições Académicas e Parceiros da Cooperação Internacional (lista de participantes em anexo).

A sessão teve como agenda: 1) Observatório da pobreza, fins e estrutura e 2) Interação entre o governo e os parceiros no combate pela redução da pobreza e 3) Diversos. Como preparação da sessão, tiveram lugar nos dias 21 e 24 de Abril três reuniões preparatórias entre o Governo e seus parceiros agrupados nas categorias de Sociedade Civil, Sector Privado e Parceiros de Cooperação Internacional (sínteses em anexo).

APRESENTAÇÃO

Foram feitas apresentações, pelo governo, sobre o **Observatório da Pobreza** e o **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA**.

Na proposta do OP foram referenciados os aspectos sobre a estrutura, natureza, periodicidade, e abrangência, onde se realça que:

Os representantes do Estado e os seus parceiros integram o chamado Conselho de Opinião, um órgão ad-hoc com funções de avaliação e aconselhamento. O Secretariado Técnico (ST) é um órgão permanente de apoio profissional e logístico ao Conselho de

Opinião, constituído pela Direcção Nacional de Plano e Orçamento (DNPO) do MPF, em virtude desta estar em permanente interacção com os parceiros e os sectores para o planeamento e monitoria das actividades do governo.

Quanto a periodicidade o governo propôs a realização de sessões anuais do OP, para permitir a avaliação do impacto da implementação dos programas. Para estas avaliações precisa-se ter informação relevante (ex. resultados obtidos, impacto alcançado), esta informação é recolhida com uma periodicidade mínima anual e pelo facto de existirem também vários mecanismos que possibilitam um acompanhamento mais assíduo das actividades pelos vários parceiros.

Sobre abrangência territorial, tratando-se da primeira experiência, é de nível central com possibilidades de se estender até aos níveis provinciais.

Na apresentação do **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA 2001 – 2002**, fez-se referência aos indicadores sociais que reflectem um aumento da oferta de serviços públicos, embora a cobertura não seja ainda suficientemente abrangente. No geral, o desempenho sectorial foi positivo, com destaque para a Educação, Saúde e Boa Governação. Constatou-se que 64% da despesa total é alocada as áreas prioritárias no âmbito do combate à pobreza. Não obstante, torna-se imperativo elevar a efectividade, eficiência e qualidade dos programas do Governo.

DISCUSSÃO

ABORDAGEM DO GOVERNO

Como complemento das apresentações feitas, o governo fez referência aos seguintes aspectos:

Que para os futuros Observatórios da Pobreza, se deveria focalizar as discussões de forma temática.

Foram realçados os progressos realizados nos diversos âmbitos da boa governação. No que diz respeito à Reforma do Sector Público, deve-se destacar o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) e os esforços orientados à melhoria da gestão das despesas e dos recursos públicos. No âmbito da descentralização, a Lei de Órgãos Locais que mostra uma dupla abordagem: racionalizar a estrutura e aumentar o dialogo com as comunidades. No sector da Justiça, os aspectos da reforma em curso que visa melhorar o acesso à justiça e reduzir a corrupção, assim como a conclusão de reforma dos vários Códigos (de processo penal, de processo civil, comercial) e da Lei da Família.

Na sector da Educação a prioridade foi dada à expansão de ensino primário (materializada numa expansão da rede de escolas) e à alfabetização de adultos e a melhoria da qualidade de ensino. De realçar a reforma em curso do currículo do ensino

básico (a ser implementada em 2004) e a previsão da reforma curricular da formação de professores.

No sector da saúde, destaca-se o Plano Estratégico em processo de implementação, que promove especialmente a atenção integrada das doenças infantis (AIDI) e a saúde da mulher, assim como a promoção do tratamento e prevenção das doenças endémicas

No âmbito da promoção da equidade de género, destaca-se a elaboração da Política Nacional de Género, em curso, os programas de alfabetização para a mulher fomentados pelo Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social.

Fez-se também referência aos programas desenvolvidos no âmbito da luta contra o HIV-SIDA, a prevenção dos desastres naturais, a desminagem, a acção ambiental, e o uso das tecnologias de informação.

No âmbito da Energia, a Electricidade de Moçambique tem realizado esforços em termos da instalação de linhas, mas a cobertura é ainda fraca. Para além disso, alguns dos investimentos estão subaproveitados porque as indústrias fazem um uso irracional da energia, por exemplo, as empresas não aproveitam o período dormente (tarifas mais baixas). Portanto, é necessário um debate mais integrado que aborde todas as questões ligadas ao uso da energia para actividades produtivas (incluindo a Agricultura). Alguns dos outros desafios para o sector são o regulamento do tratamento preferencial às grandes empresas (MOZAL, por exemplo), e o reforço do quadro regulador da actividade.

O sector empresarial fez referência ao procurement, onde o Governo salientou que dá preferência às propostas nacionais sempre que o preço não supere em mais de 10% o preço dos projectos estrangeiros concorrentes. As regras de procurement estão a ser revistas no sentido de reforçar a participação das Pequenas e Médias Empresas nacionais. O Governo apelou às empresas nacionais a melhorar a qualidade das propostas quando solicitam apoio às instituições tais como o Centro de Promoção de Investimentos.

ABORDAGEM DOS PARCEIROS

Sobre a explanação e os complementos feitos pelo governo, os parceiros indicaram as áreas e grupos alvos que acham que merecem uma maior *atenção* por parte do Governo, apresentaram os *problemas* sectoriais e fizeram algumas *recomendações*, tanto no sentido de se introduzirem ou reforçarem alguns aspectos no planeamento, assim como a implementação de acções concretas tais como:

A Extensão da abrangência territorial do OP até os níveis provincial e distrital. O envolvimento de partidos políticos. Sobre esta questão o Governo referiu que é um aspecto em análise porque o aspecto da representatividade no OP constitui um desafio devido à grande diversidade de organizações, sobretudo da Sociedade Civil, sugeriu-se a realização de reuniões temáticas.

Foram Destacadas as seguintes condições gerais de maior atenção para o desenvolvimento do país **i)** a capacidade de inovar **ii)** uma mentalidade de trabalho e não de emprego **iii)** a capacidade de atrair investimentos **iv)** a parceria entre o Sector Público e Privado (incluindo a partilha de informação) **v)** a redistribuição da riqueza e a **vi)** a redução dos desequilíbrios de género.

No sector agrário familiar e a agro-industrial, fundamentais para o desenvolvimento rural, é necessário dar uma maior atenção aos problemas que enfrentam estes subsectores, tais como:

A falta de procura de produtos agrários básicos e as dificuldades de comercialização; Os factores que inibem a produção, agro-processamento e comercialização agrária: **i)** problemas ligados ao crédito: falta de crédito agrário não virado à produção mas sim à transformação de produtos, quando existe crédito, apresentam taxas de juros elevadas; a dispersão dos operadores de micro-crédito, sem orientação estratégica; **ii)** os sistemas de regadios pouco desenvolvidos **iii)** a falta de armazéns para conservação de produtos agrícolas **iv)** falta de escolas para a capacitação de técnicos agrários e a concentração do pessoal capacitado nas cidades.

Como abordagens concretas os parceiros advogaram pelo fomento dos produtos agrários com valor acrescentado, através do desenvolvimento da a agro-indústria nacional e que o desenvolvimento do agro-processamento deveria privilegiar a parceria entre o sector privado e o sector familiar.

Foram destacadas algumas recomendações para a solução dos problemas acima apresentados, como: **i)** um PROAGRI essencialmente vocacionado à produção, isto é, direccionar 80% dos recursos para as zonas rurais de forma a aumentar a produtividade, o que implica reduzir os esforços de capacitação institucional no sector público ao nível central; **ii)** privilegiar à criação de infra-estruturas nas zonas rurais, (por exemplo, regadios, diques); **iii)** incentivar às instituições de crédito para captação de poupança, não só nas cidades mas também nas zonas rurais, de forma a aumentar a disponibilidade global de recursos financeiros para a actividade económica; **iv)** racionalizar o uso do crédito (concentrar os esforços nas áreas geográficas com mais oportunidades de sucesso); **v)** racionalizar a gestão de stocks (por exemplo, através duma instituição como o extinto Instituto de Cereais); **vi)** que os parceiros da cooperação internacional evitem introduzir na região medidas que provocariam distorções no mercado nacional (por exemplo, subsidiar a grande escala a produção de cereais num país vizinho).

Fez-se referência ao **florescimento da iniciativa privada** como uma das questões chave para o desenvolvimento do país, mas que os elevados custos de transacção, a pressão fiscal, a falta de financiamento e uma classe empresarial incipiente levam o sector a ser pouco competitivo. O Estado tem um papel determinante porque, para além da sua função reguladora, é o cliente mais importante das empresas nacionais. Neste contexto, os parceiros nacionais defenderam que o Estado tem privilegiado a iniciativa estrangeira (por exemplo, através das regras de procurement) e beneficia (através de subsídios) só alguns dos sectores da economia nacional.

É necessário aumentar a competitividade das nossas empresas nos mercados nacionais e internacionais. As **propostas** neste sentido são: i) fomentar a procura, para tal, o Governo deve persuadir as instituições de Estado e organismos internacionais (ex. Programa Mundial de Alimentação-PMA) a consumirem produtos nacionais; ii) há necessidade de criação de um “banco de desenvolvimento”, que um “fundo de desenvolvimento” seria mais adequado para a actividade crédito; iii) promoção de ajudas directas ao investimento ou subsídios para a indústria e a agricultura; iv) definição de taxas de importação e exportação que beneficiem os produtos nacionais; v) fomentar a Boa Governação (aumentar a confiança dos investidores); e vi) o efeito positivo das infra-estruturas na redução dos custos de transacção e no fomento do comércio.

Reconhece-se que o emprego é um assunto que preocupa muito à sociedade, pois o encerramento de empresas, as privatizações e a falta de cumprimento da legislação laboral por parte dos empregadores, têm contribuído para o agravamento da situação do desemprego.

Neste contexto, foram avançadas as seguintes propostas: i) o apoio às pequenas e médias empresas nacionais; ii) a necessidade de o Estado persuadir às empresas estrangeiras a se instalarem no país ou estabelecerem parcerias de forma a criarem emprego e transferência tecnologia; iii) privilegiar a formação técnico-profissional como mecanismo de criação de auto-emprego; iv) envolver o empresariado na formação profissional; e v) envolver os parceiros internacionais nas iniciativas de fomento do emprego.

Com referência ao **processo de planeamento**, os participantes recomendaram:

i) melhorar a priorização de actividades e conciliá-las com os compromissos adquiridos em outros fóruns tais como o NEPAD, a agenda 2025; ii) adoptar uma abordagem integrada das acções de desenvolvimento (especialmente no âmbito rural) com o fim de aumentar o seu impacto; iii) avançar na descentralização e desconcentração (privilegiando a capacitação institucional a esse nível); iv) dar mais enfoque aos resultados, reforçando as estratégias bem sucedidas. Por outro lado, os parceiros da cooperação internacional ofereceram o seu apoio ao reforço da capacidade de **implementação** do PARPA por parte do Governo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em **conclusão**, os participantes saudaram o lançamento do OP como fórum global de interacção. O Governo convidou aos parceiros a participarem mais activamente do OP submetendo os documentos da sua autoria que acharem adequados para análise neste fórum. Os parceiros da cooperação internacional aproveitaram esta ocasião para apelar a um diálogo mais directo entre eles e os parceiros nacionais (Sociedade Civil e Sector Privado).

Os parceiros recomendaram dar mais ênfase às componentes de emprego, apoio à iniciativa privada, desenvolvimento do sector agrário familiar, comércio, educação primária e formação profissional, aspectos de género e luta contra o HIV-SIDA. O

Governo comprometeu-se a avaliar as recomendações dos parceiros para a sua eventual integração no planeamento, especialmente no PARPA, que por ser um documento rolante, deve beneficiar de um contínuo aperfeiçoamento.

S. Excia a Sra. Ministra do Plano e Finanças, encerrou a sessão agradecendo a colaboração de todos os presentes e a abertura e franqueza com que se desenvolveu o diálogo, renovando perante os parceiros o compromisso do Governo de prosseguir os esforços em prol da redução da pobreza e o desenvolvimento do país.

ANEXOS:

1. Lista de documentos providenciados.
2. Lista de participantes.

ANEXO 1:

LISTA DE DOCUMENTOS DISTRIBUIDOS

- Observatório da Pobreza (documento conceptual, 2002)
- Sistema de Monitoria e Avaliação do PARPA (Dezembro 2001)
- Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA 2001-2002 (Abril 2003)
- Balanço do Plano Económico e Social de 2002 (Abril 2003)
- Relatório de Execução do Orçamento do Estado 2002 (Abril 2003)

ANEXO 2:

LISTA DE PARTICIPANTES

GOVERNO

Ministros

1	<i>Presidente da República</i>	<i>Joaquim A. Chissano</i>
2	<i>Ministra do Plano e Finanças</i>	<i>Luísa Diogo</i>
3	<i>Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação</i>	<i>Leonardo Simão</i>
4	<i>Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	<i>Helder Muteia</i>
5	<i>Ministro da Educação</i>	<i>Alcido Nguenha</i>
6	<i>Ministro da Indústria e Comércio</i>	<i>Carlos Morgado</i>
7	<i>Ministro da Justiça</i>	<i>José Abudo</i>
8	<i>Ministra da Mulher e da Coordenação da Acção Social</i>	<i>Virgínia Matabele</i>
9	<i>Ministro das Obras Públicas e Habitação</i>	<i>Roberto Costley-White</i>
10	<i>Ministro das Pescas</i>	<i>Cadmiel Muthemba</i>
11	<i>Ministro dos Recursos Minerais e Energia</i>	<i>Castigo Langa</i>
12	<i>Ministro dos Transportes e Comunicações</i>	<i>Tomaz Salomão</i>
13	<i>Ministro do Turismo</i>	<i>Fernando Sumbana</i>
14	<i>Vice-Ministro da Administração Estatal</i>	<i>Aiuba Cuereneia</i>
15	<i>Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	<i>João Carrilho</i>
16	<i>Vice-Ministro da Justiça</i>	<i>António Munete</i>
17	<i>Vice-Ministra do Trabalho</i>	<i>Adelaide Amurane</i>

Governadores Provinciais

18	<i>Governador de Inhambane</i>	<i>Aires Aly</i>
----	--------------------------------	------------------

Banco de Moçambique

19	<i>Governador do Banco de Moçambique</i>	<i>Adriano Maleiane</i>
----	--	-------------------------

PARCEIROS

Parceiros da Cooperação Internacional

20	<i>Representante Residente do Banco Mundial</i>	<i>Darius Mans</i>
21	<i>Representante Residente do FMI</i>	<i>Perry Perone</i>
22	<i>Representante do PNUD</i>	<i>Marylène Spezzati</i>
23	<i>Delegado da Comissão Europeia</i>	<i>José Manuel Pinto Teixeira</i>
24	<i>Embaixador da República Federal da Alemanha</i>	<i>Ulf-Dieter Klemm</i>
25	<i>Cônsul do Canada</i>	<i>Laurent Charette</i>
26	<i>Embaixador da Dinamarca</i>	<i>Thomas Schjerbeck</i>
27	<i>Embaixador da Espanha</i>	<i>Luis António Calvo Castano</i>
28	<i>Embaixador dos Estados Unidos da América</i>	<i>Sharon Wilkinson</i>

29	<i>Embaixador da Finlândia</i>	<i>Markku Kauppinen</i>
30	<i>Embaixadora da França</i>	<i>Louise Avon</i>
31	<i>Encarregado de Negócios da Irlanda</i>	<i>Thomas Wright</i>
32	<i>Embaixador da Noruega</i>	<i>Henning Stiro</i>
33	<i>Embaixadora dos Países Baixos</i>	<i>Lidi Remmelzwaal</i>
34	<i>Alto Comissário do Reino Unido</i>	<i>Robert Scott Dewar</i>
35	<i>Embaixador da Suécia</i>	<i>Maj- Inger Klingvall</i>

Acompanhantes

36	<i>PNUD</i>	<i>Alex Aboagye</i>
37	<i>Embaixada da República Federal da Alemanha</i>	<i>Cristophe Rauh</i>
38	<i>Ministério Alemão da Cooperação</i>	<i>Jorgen Kraetsch</i>
39	<i>Embaixada da Espanha</i>	<i>Enrique Córdoba</i>
40	<i>Embaixada da Itália</i>	<i>Augusto Massari</i>
41	<i>Embaixada do Japão</i>	<i>Teodomiro Pedro</i>
42	<i>Embaixada dos Países Baixos</i>	<i>Jan A. Van Hoorn</i>
43	<i>Agence Française de Développement</i>	<i>Françoise Desmazière</i>
44	<i>Cooperação Italiana</i>	<i>Andrea Borgarello</i>
45	<i>Cooperação Suiça</i>	<i>Adrian Hadorn</i>
46	<i>USAID</i>	<i>Julius Schlott Hauer</i>

Sector Privado

47	<i>Agrarius</i>	<i>Samuel Chissico</i>
48	<i>Agrarius</i>	<i>César Zacarias da Silva</i>
49	<i>AIMO- Associação Industrial de Moçambique</i>	<i>Elias J. Come</i>
50	<i>AIMO</i>	<i>Kekobad Patel</i>
51	<i>AIMO</i>	<i>Carlos Simbine</i>
52	<i>Associação Comercial de Moçambique</i>	<i>Salimo Abdula</i>
53	<i>Associação Moçambicana de Bancos</i>	<i>Luísa Aragão</i>
54	<i>CTA</i>	<i>António Almeida Matos</i>
55	<i>CTA</i>	<i>Egas Mussanhane</i>
56	<i>CTA</i>	<i>Otília Pacule</i>

ONG's

57	<i>Cáritas</i>	<i>Henriques D'el Castilho</i>
58	<i>Cruzeiro do Sul</i>	<i>José Negrão</i>
59	<i>FDC - Fundação Para o Desenvolvimento da Comunidade</i>	<i>Lídia Meque</i>
60	<i>Fórum Mulher</i>	<i>Emanuela Mondlane</i>
61	<i>Fórum Terra</i>	<i>Marina Pancas</i>
62	<i>Grupo Moçambicano da Dívida</i>	<i>Eufrigina Manoela</i>
63	<i>Kindlimuka</i>	<i>Mateus Madoyolela</i>
64	<i>Kulima</i>	<i>Júlio Damião</i>

65	<i>Kulima</i>	<i>Silvestre dos Santos</i>
66	<i>LINK</i>	<i>Paula Assubuji</i>
67	<i>ORAM - Associação Rural de Ajuda Mútua</i>	<i>Williamo Mulhovo</i>
68	<i>TEIA</i>	<i>João Utui</i>
69	<i>União Nacional de Camponeses</i>	<i>Rogério Pereira</i>

Confissões Religiosas

70	<i>Conselho Cristão de Moçambique</i>	<i>Jaime Chivite</i>
71	<i>Movimento Islâmico</i>	<i>Abdul Manafi</i>

Sindicatos

72	<i>CONSILMO</i>	<i>José Francisco Ngovene</i>
73	<i>CONSILMO</i>	<i>Alberto Manuel Nhampossa</i>
74	<i>OTM –CS</i>	<i>João Moiane</i>
75	<i>OTM –CS</i>	<i>Mário Raimundo Siteo</i>
76	<i>OTM-CS</i>	<i>Adelino Muana Waya</i>

Instituições Académicas

77	<i>Universidade Eduardo Mondlane</i>	<i>Brazão Mazula</i>
----	--------------------------------------	----------------------

OBSERVADORES

Banco de Moçambique

78	<i>Banco de Moçambique</i>	<i>Clara de Sousa</i>
----	----------------------------	-----------------------

Instituições Públicas; Nível Central

79	<i>ANE</i>	<i>Tiago Massingue</i>
80	<i>CNCS</i>	<i>Diogo Milagre</i>
81	<i>INAS</i>	<i>Josefa Langa</i>
82	<i>INGC</i>	<i>Silvano Langa</i>
83	<i>MESCT</i>	<i>Koeti Serôdio</i>
84	<i>MIC</i>	<i>João Macaringue</i>
85	<i>MIN TURISMO</i>	<i>Vitória Diogo</i>
86	<i>MINEC</i>	<i>Armando Zaquieu</i>
87	<i>MINED</i>	<i>Virgilio Juvane</i>
88	<i>MISAU</i>	<i>Gertrudes Machatine</i>
89	<i>MISAU</i>	<i>Alexandre Manguel</i>
90	<i>MISAU</i>	<i>Amade Mulima</i>
91	<i>MISAU</i>	<i>Filomena Zimba</i>
92	<i>MJUST</i>	<i>Al Bachir</i>
93	<i>MTRAB</i>	<i>Armindo Mapasse</i>

94 *UTRESP*

Adelino Cruz

MPF

95 *MPF- DNPO*

José Sulemane

96 *MPF-DNIA*

Amade Aziza

97 *MPF-DNA*

António Barros dos Santos

98 *MPF- DNT*

António Laice

99 *MPF-GEST*

Pedro Couto

100 *MPF-DNPO*

Domingos Lambo

101 *MPF-DNPO*

Momad Piaraly

102 *MPF- DCI*

Argentina Maússe

103 *MPF-DNT*

Isaltina Lucas

104 *MPF-DNPO*

Cristina Matusse

105 *MPF- GEST*

Amilcar Arone

106 *MPF -DNPO*

Hanifa Ibrahimio

107 *MPF – DNPO*

Elena Arjona

108 *MPF - Gabinete da Ministra*

Sheila Santana Afonso

Técnicos de Planificação das Direcções Provinciais do Plano e Finanças

109 *Cabo-Delgado*

António Macanige

110 *Gaza*

Rita Cavele

111 *Inhambane*

Adérito Silva

112 *Manica*

Santana Andicene

113 *Cidade de Maputo*

Avelino Inloa

114 *Provincia de Maputo*

Rita Mabota

115 *Nampula*

Felicidade dos Anjos

116 *Niassa*

Virgílio Alaone

117 *Sofala*

Alfredo Mpipa

118 *Tete*

Domingos Jofir

119 *Zambézia*

Rocha Alfane

Meios de Comunicação Social

120 *TVM*

Élio Jonasse

121 *RTP Africa*

Ângela Chin

122 *Diário de Moçambique*

Celeste S. Bié

123 *Jornal Vertical*

Lázaro Mabunda

124 *Maputo Corridor Radio*

Cipriano Mchenyela

125 *Plano Expresso*

Nuro Abdul

126 *Plano Expresso*

Zacarias Tembe

127 *Revista Tempo*

Estevão Amaral

ANEXO 3:

**SÍNTESES E LISTAS DE PARTICIPANTES
NAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS**

ANEXO 3. 1: SÍNTESE DA REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E O SECTOR PRIVADO

INTRODUÇÃO

Teve lugar no dia 21 de Abril corrente um encontro entre o Governo e o Sector Privado representado pelas suas diversas associações (vide a lista de presenças em anexo). Este encontro teve como propósito a preparação do Observatório da Pobreza (OP) a se realizar no próximo dia 28 de Abril corrente.

A reunião foi presidida por S. Excia Ministra do Plano e Finanças, onde explicou aos participantes que o observatório da pobreza constituía um momento de interacção entre os membros do Governo e o sector privado, sobre os diversos assuntos relacionados à pobreza e ao desenvolvimento do país e que o encontro constituía uma preparação para a primeira sessão do Observatório da Pobreza.

A sessão teve como agenda. 1) Observatório da Pobreza. Fins e estrutura, 2) Interacção entre o Governo e o Sector Privado no combate pela Redução da Pobreza Absoluta, 3) Ponto em aberto (assunto a ser proposto pelos parceiros do sector privado), 4) Informação sobre a participação na sessão do Observatório da Pobreza do dia 28 de Abril e por último 5) Diversos.

APRESENTAÇÃO

Foram feitas apresentações, pelo governo, sobre o **Observatório da Pobreza** e o **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA**.

O governo apresentou a **Proposta do OP** onde enfatizou **(i)** a finalidade do encontro e realçou a postura do Governo a abertura para o diálogo com os parceiros internos e externos afirmando que o observatório da pobreza surge com a necessidade de se instituir um Fórum com a participação de todos os parceiros, realçou-se a necessidade dos parceiros no futuro submeterem para o observatório os documentos que reflectem suas preocupações, a semelhança da atitude tomada pelo Governo; **(ii)** apresentou a estrutura do observatório da pobreza, tendo enfatizado a necessidade do secretariado deste fórum não ser de natureza ah-doc, mas sim permanente.

Na apresentação do **Relatório da Avaliação da Implementação do PARPA 2001 – 2002** abordou-se de uma forma sumária o sistema de planeamento público em Moçambique. Foi Explicado que todas as políticas de desenvolvimento devem ter como base o programa do Governo, existindo para sua operacionalização dois tipos de instrumentos; **(a)** instrumentos de médio prazo (Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta (PARPA), Planos Estratégicos Sectoriais e Provinciais, Cenário Fiscal de Médio Prazo e Plano Trienal de Investimento Público); e **(b)** instrumentos operacionais anuais (Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado).

Quanto aos indicadores físicos e financeiros referiu que estes mostram uma tendência de desempenho sectorial positivo, com destaque para a Educação, Saúde e Boa Governação.

Observa-se através da análise do desempenho dos sectores que há um aumento da oferta de serviços públicos, embora as taxas de cobertura não sejam ainda abrangentes. Face à escassez de recursos torna-se imperativo elevar a efectividade, eficiência e qualidade dos programas governamentais.

Quanto a avaliação da despesa, para o ano de 2002, constatou-se que cerca de 64% do orçamento disponível foi afecto nas áreas prioritárias, sendo para a Educação (17%), Saúde (12.5%), Infra-estruturas (17.5%) Agricultura e Desenvolvimento Rural (5.4%) Boa Governação (7,2%) e outros sectores prioritários (4,5%).

DISCUSSÃO

ABORDAGEM PELO GOVERNO

Como complemento das apresentações feitas o governo fez referência aos seguintes pontos:

Necessidade de um trabalho conjunto entre os sectores da educação, agricultura e o sector da indústria no âmbito da massificação das escolas técnico-profissionais;

Necessidade de uma visão comum sobre o desenvolvimento do país a ser levada para o observatório com os doadores;

Mudança da postura do Governo em relação ao sector privado, particularmente na área das Inspeções.;

A questão do Indicador “emprego” para o ramo da agricultura ainda deve ser debatida;

A lei do trabalho não só aborda a questão dos estrangeiros, como também constitui um instrumento para dinamizar o processo da economia, e que a mesma deve ser melhor interpretada;

O sector privado deve ser mais agressivo na busca de mercados e no aproveitamento das oportunidades oferecidas;

O sector público nos países pobres deve ser promotor e não apenas regulador do desenvolvimento.

ABORDAGEM PELOS PARCEIROS (SECTOR PRIVADO)

A contribuição do sector privado focalizou-se nas seguintes áreas: Agricultura e Desenvolvimento Rural, Microfinanças e Infra-estrutura. Especificamente foram levantadas as seguintes questões:

O PARPA enfatiza mais aspectos ligados a economia real, ficando o sector da economia monetária secundarizado; e que não assume o sector empresarial como dinamizador da economia e gerador de emprego;

Falta de monetarização da economia, sobretudo nas zonas rurais, o que muitas das vezes impede trocas comerciais, fragilizando o combate para a redução da pobreza absoluta;

Existência de enúmeros operadores de micro-créditos trabalhando de forma dispersa e sem uma orientação estratégica;

Elevados custos de capital para a promoção de pequenas e médias empresas;

Existência de numerosas e repetidas consultorias com elevados custos e com pouca implementação;

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Como **recomendações** foram sugeridas as seguintes propostas:

Necessidade de massificação das escolas de formação profissional;

O governo deve criar uma política de fomento para a promoção do desenvolvimento rural;

Necessidade de criação de um Banco vocacionado para o desenvolvimento rural;

Campanha de financiamento rural não deve estar nas mãos de ONG's, mas sim sistematizada e dirigida pelo Governo;

Que o emprego e investimento (interno e externo) passem a ser considerados como indicadores do PARPA;

O Governo deve persuadir os doadores que a agricultura e o desenvolvimento rural são fundamentais para a redução da pobreza em Moçambique;

Incentivar a promoção da agricultura por contrato, isto é, o governo deve persuadir instituições, como por exemplo o Programa Mundial de Alimentação (PMA), a garantir a absorção da produção dos camponeses;

Necessidade de um PROAGRI essencialmente vocacionado à produção;

Necessidade de o Governo melhorar a alocação dos fundos, especialmente canalizando para as áreas de maior impacto para a redução da pobreza, como por exemplo, no sector da agricultura e desenvolvimento rural;

Necessidade de revisão curricular, ao nível primário e básico, de forma a acomodar elementos ligados a agricultura;

Como **conclusão** foram sugeridas o seguinte: Existência de um maior diálogo e debate sobre as preocupações do país; O Governo deve-se preocupa em mobilizar recursos para o país; Melhorias na expansão da rede escolar (nível primário)

DIVERSOS

Informação sobre a participação na sessão do Observatório da Pobreza do dia 28 de Abril

O Governo informou que a sessão plenária do OP terá lugar o dia 28 de Abril, no Hotel Rovuma, durante todo o dia, com a participação de representantes do Governo, da Sociedade Civil, Sector Privado, e parceiros da Cooperação Internacional. S. Excia, o Presidente da República proferirá o discurso de abertura.

Com o fim de garantir a maior representatividade dos parceiros na sessão, foi restringido a cerca de oitenta o número de assentos no OP. O Governo estabeleceu em 10 lugares a **quota** de representantes do sector privado. A selecção dos representantes é da exclusiva competência do sector privado e a lista definitiva devia ser comunicada ao Governo com a máxima celeridade, para facilitar o processo de envio dos convites.

**ANEXO . REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E O SECTOR PRIVADO
 PREPARAÇÃO PARA O OBSERVATÓRIO DA POBREZA (21/04/2003: 8:30h)
LISTA DE PARTICIPANTES**

	GOVERNO	
1.	Ministros	
2.	<i>Ministra do Plano e Finanças</i>	<i>Luísa Diogo</i>
3.	<i>Ministro da Educação</i>	<i>Alcido Nguenha</i>
4.	<i>Ministro da Justiça</i>	<i>José Ibrahimo Abudo</i>
5.	<i>Ministro das Pescas</i>	<i>Cadmiel Muthemba</i>
6.	<i>Ministro da Indústria e Comércio</i>	<i>Carlos Morgado</i>
7.	<i>Vice- Ministra do Trabalho</i>	<i>Adelaide Amurane</i>
8.	<i>Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	<i>João Carrilho</i>
9.	<i>Vice- Ministro das Obras Públicas e Habitação</i>	<i>Herinque Cossa</i>
10.	Banco de Moçambique	
11.	<i>Governador do Banco de Moçambique</i>	<i>Adriano Maleiane</i>
	PARCEIROS	
	Sector Privado	
12.	<i>CTA</i>	<i>Ótilia Pacule</i>
13.	<i>CTA</i>	<i>António Almeida Matos</i>
14.	<i>GAPI</i>	<i>F. António Souto</i>
15.	<i>GAPI</i>	<i>Fidelx Kulipossa</i>
16.	<i>AGRARIUS</i>	<i>Samuel Chissico</i>
17.	<i>Associação Industrial de Moçambique</i>	<i>Elias J. Come</i>
18.	<i>Empresa Privada Agrária</i>	<i>Lina Magaia</i>
19.	<i>PODE</i>	<i>Mariano Carimo</i>
20.	<i>Associação Comercial de Moçambique</i>	<i>Farida Zubaida</i>
	OBSERVADORES	
	Banco de Moçambique	
21.	<i>Banco de Moçambique</i>	<i>Clara de Sousa</i>
	Instituições Públicas; Nível Central	
22.	<i>MINED</i>	<i>Virgílio Juvane</i>
23.	<i>MJUST</i>	<i>Orlando Macuácuá</i>
24.	<i>MOPH/ANE</i>	<i>Tiago Massingue</i>
25.	<i>MISAU/DNP</i>	<i>Humberto Cossa</i>
26.	<i>MIC</i>	<i>João Macaringue</i>
27.	<i>MINTRAB</i>	<i>Armindo Mapasse</i>

28.	<i>MADER</i>	<i>Lúcia Luciano</i>
29.	<i>CNCS</i>	<i>Diogo Milagre</i>
30.	<i>INGC</i>	<i>Silvano Langa</i>
31.	<i>MPF</i>	<i>Aboobacar Changa</i>
32.	<i>MPF/DNCP</i>	<i>Henrique Gamito</i>
33.	<i>MPF/DNA</i>	<i>Barros dos Santos</i>
34.	<i>MPF/DCI</i>	<i>Argentina Maússe</i>
35.	<i>MPF/GEST</i>	<i>Pedro Couto</i>
36.	<i>MPF/GEST</i>	<i>Amilcar Arone</i>
37.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>José Sulemane</i>
38.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Momad Piaraly Juthá</i>
39.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Cristina Matusse</i>
40.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Elena Arjona</i>
41.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>João Maendaenda</i>
42.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Hanifa Ibrahim</i>
43.	<i>MPF/GM</i>	<i>Sheila Santana Afonso</i>

ANEXO.3.2: SÍNTESE DA REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

INTRODUÇÃO

Teve lugar no dia 21 de Abril de 2003 às 14.30h a Reunião Preparatória do Observatório da Pobreza entre membros do Governo e os representantes da Sociedade Civil (veja a lista dos participantes), presidida por S.Excia. a Ministra do Plano e Finanças.

Esta reunião foi a segunda dos três encontros preparatórios previstos para a preparação do Observatório da Pobreza (OP) no dia 28 de Abril. As reuniões parcelares foram convocadas para permitir uma interacção estreita entre o Governo e os seus parceiros, focalizando nos assuntos prioritários para cada grupo de parceiros, assim como o esclarecimento de alguns pontos apresentados pelos parceiros.

A reunião teve como agenda: 1) a apresentação da proposta do Observatório da Pobreza, os seus objectivos e estrutura, incluindo o seu enquadramento no processo de planificação, os documentos de base para análise e o seu funcionamento; 2) consultar aos parceiros sobre o ritmo e a direcção das actividades implementadas em prol do desenvolvimento e identificação das áreas que merecem maior atenção; 3) Ponto aberto – assunto a ser proposto pelos representantes da sociedade Civil; e por fim 4) informações sobre a participação na sessão do OP do dia 28 de Abril

APRESENTAÇÃO

Foram feitas apresentações, pelo governo, sobre o **Observatório da Pobreza** e o **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA**.

Foi apresentada a proposta do Observatório da Pobreza (OP) pelo governo, tendo-se referido ao seguinte: O Estado tem sido o elemento principal nas acções de crescimento económico e redução da pobreza absoluta, mas não o único actor. As acções do sector privado e da sociedade civil são também fulcrais. Uma vez que as acções do Estado têm efeito sobre a população e a sua acção influencia nas actividades das instituições civis que a representam e agem sobre ela com o objectivo de redução da pobreza absoluta, torna-se importante auscultar estas instituições. Não obstante o processo de consultas no âmbito do PARPA tenha reflectido a importância do diálogo, foi consenso de todos intervenientes haver necessidade de se formalizar um fórum mais abrangente para a discussão da sua implementação, avaliação e monitoria. Neste âmbito se insere o Observatório da Pobreza.

O OP é um fórum de natureza consultiva de alto nível, central, que tem por fim aprofundar a interacção entre o Governo e todos os seus parceiros na monitoria e avaliação (M&A) da implementação das políticas e planos adoptados em prol da redução da pobreza com destaque para o PARPA.

Para a avaliação e monitoria do PARPA, são utilizados documentos que reflectem o grau de realização dos programas do Governo em termos de metas e alocação orçamental e documentos de avaliação do impacto destes programas como os resultados dos relatórios do QUIBB (Questionário sobre Indicadores Básicos de Bem estar), o IAF (Inquérito aos Agregados Familiares) e estudos de caso.

O Secretariado técnico foi concebido como um órgão permanente e não ad hoc. A colocação do Secretariado Técnico na Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO) do MPF surge em virtude do MPF constituir um organismo que coordena as políticas do Governo e a DNPO estar em permanente interacção com os parceiros e os sectores para o planeamento e monitoria das actividades.

Foi feita apresentação do relatório da **Avaliação da Implementação do PARPA 2001 – 2002**. Como introdução falou do sistema de planificação no sector público; no qual mostrou a integração dos instrumentos de planeamento do Governo. Quanto aos resultados da implementação do PARPA observa-se que houve um aumento da oferta de serviços públicos, embora a cobertura não seja ainda suficientemente abrangente. No geral, o desempenho sectorial foi positivo com destaque para a Educação, Saúde e Boa Governação. Consta-se que 64% das despesas total é afectada as áreas consideradas prioritárias no âmbito do combate a pobreza. Não obstante, torna-se imperativo elevar a efectividade, eficiência e qualidade dos programas do Governo.

DISCUSSÃO

ABORDAGEM PELO GOVERNO

OP será apenas de nível nacional, e que a representatividade de todos os parceiros será garantida pela realização de encontros parciais nesta primeira fase, onde há participação de todos os representantes e na fase posterior, de reunião do OP global (Conselho de Opinião), neste participarão elementos seleccionados dentre o sector privado, a sociedade civil e parceiros internacionais. Estão garantidos 62 lugares para estes representantes. Para os níveis provincial e distrital, ainda não existe um programa uma vez que este OP é a primeira sessão, das experiências colhidas deste poder-se-á avançar para esses níveis. Salientar ainda que haverá grandes desafios nas actividades de capacitação e análise no âmbito da monitoria e avaliação do PARPA para estes níveis, com contribuição das ONGs (Organizações Não Governamentais).

ABORDAGEM PELOS PARCEIROS

Durante o debate os participantes estavam interessados em saber ainda mais sobre a componente das despesas públicas, a sua composição, acções que tem peso no combate a pobreza e como estas acções estão reflectidas dentro do PARPA

Foi esclarecido que um dos problemas para a cobertura das outras áreas prioritárias é a falta de informação estatística. E, exemplos mais prementes são a pesca artesanal e o sector informal, cujo custo para cobertura principalmente a provincial e distrital são extremamente elevados. As estimativas da produção têm sido feitas de forma indirecta.

No entanto, já se realizou um censo a pesca artesanal e isto poderá ajudar a estimar a dimensão e o valor real deste sector para sua incorporação nas contas nacionais e noutros indicadores estatísticos. Porém, é possível monitorar os indicadores inscritos no PARPA.

Foi acrescentado que é necessário melhorar a informação nesta área, talvez até recorrendo a informação das ONGs que trabalham na mesma área e outras áreas relevantes para o PARPA. Um sistema de reporte por estas organizações seria bem-vindo, principalmente tendo em consideração que a monitoria do PARPA é um processo que, se espera, deverá envolver grupos locais. Existem possibilidades de uso de ONGs para ter indicadores e dados qualitativos sobre o impacto do PARPA, por exemplo na educação, nos programas de combate ao HIV-SIDA e na agricultura de pequena escala.

Existem alguns indicadores do PARPA que não são satisfatórios, como o caso dos indicadores do Emprego, da Educação e do Ensino Superior. Quanto a este ponto foi esclarecido que no caso do **emprego** ainda não existe um consenso sobre o marco conceptual da definição do emprego/desemprego. Por enquanto está se colhendo experiências de países similares a Moçambique onde o sector formal ainda é pequeno, para depois chegar à uma conclusão se a população fora do sector formal (agricultura de subsistência, sector informal e trabalhadores familiares sem remuneração) pode ser considerada empregada. Para o caso **da educação** a proposta de uso da taxa bruta de escolarização ao invés da taxa líquida foi justificada como resultado de mostrar o esforço realizado para a escolarização universal, independentemente do grupo etário dos estudantes que normalmente se integram no sistema de ensino tardiamente. E, para o caso do **ensino superior**, este não foi devidamente reflectido no PARPA, porque na altura estava em elaboração o Plano Estratégico do Ensino Superior. No entanto, espera-se que na próxima revisão do PARPA estes indicadores estejam bem reflectidos.

O outro ponto discutido foi o reconhecimento da diversidade das ONGs para fins de maior envolvimento na monitoria do PARPA e considerar a possibilidade de OP não constituir somente um instrumento de auscultação mas também de negociação entre o Governo e parceiros. Adicionalmente, seria necessário re-focalizar os objectivos do PARPA no sentido de melhoria da distribuição da riqueza, mais do que de redução da pobreza, e ter em consideração o papel que as ONGs podem jogar na implementação do mesmo.

A diversidade das ONGs e seu papel na elaboração e implementação do PARPA foi considerada relevante e debateu-se sobre os mecanismos de coordenação que poderiam ser expandidos e fortalecidos, por exemplo entre as ONGs e os sectores a nível local. No entanto, quanto ao objectivo do PARPA, foi salientado que este deve centrar-se na redução da pobreza, principalmente das áreas menos favorecidas, de tal forma que se contribua para uma melhor distribuição da riqueza.

DIVERSOS

ASSUNTOS RELATIVOS Á SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL

O Governo informou que a sessão plenária do Observatório da Pobreza terá lugar no dia 28 de Abril, no Hotel Rovuma, durante todo o dia, com a participação de representantes do Governo, da Sociedade Civil, Sector Privado e Parceiros da Cooperação Internacional, e a presença de S Excia. O Presidente da República.

Sendo o número de lugares disponíveis restrito no OP para permitir a participação de todos os parceiros do governo, foi informado da necessidade de selecção representativa de cada grupo. Para garantir uma boa representatividade da sociedade civil seria necessário que fossem eleitos 15 representantes à este fórum, os Sindicatos Nacionais e as Universidades, teriam outros assentos. A selecção dos representantes que irão participar na reunião OP (conselho de opinião) é da exclusiva responsabilidade dos representantes da sociedade civil, tendo como porta voz a LINK, que devera apresentar a lista até ao período da manhã do dia 23 de Abril, para permitir o envio dos convites. Este prazo foi considerado curto pelos participantes (LINK) devido aos constrangimentos de tempo e de estarem a preparar a Assembleia Geral da própria organização.

**ANEXO . REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E A SOCIEDADE CIVIL
PREPARAÇÃO PARA O OBSERVATÓRIO DA POBREZA (21/04/2003; 14:40h:)**

LISTA DE PARTICIPANTES

	GOVERNO	
	Ministros	
1.	<i>Ministra do Plano e Finanças</i>	<i>Luísa Diogo</i>
2.	<i>Ministro da Educação</i>	<i>Alcido Nguenha</i>
3.	<i>Vice-Ministro da Justiça</i>	<i>António Munete</i>
4.	<i>Secretário Permanente do Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social</i>	<i>Júlio Mchola</i>
5.	<i>Secretário Permanente do Ministro de Administração Estatal</i>	<i>Lourenço Chipenembe</i>
6.	<i>Secretário Permanente do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	<i>Tómas bernardino</i>
7.	<i>Presidente do Instituto Nacional de Estatística</i>	<i>João Dias Loureiro</i>
	Banco de Moçambique	
8.	<i>Governador do Banco de Moçambique</i>	<i>Adriano Maleiane</i>
	SOCIEDADE CIVIL	
9.	<i>LINK</i>	<i>Paula Assubuji</i>
10.	<i>LINK</i>	<i>Jordão Pereira</i>
11.	<i>GMD</i>	<i>Fernando Menete</i>
12.	<i>TEIA</i>	<i>João J. Uthui</i>
13.	<i>Fórum Mulher</i>	<i>Emanuela Mondlane</i>
14.	<i>CONSILMO</i>	<i>Alberto Nhampossa</i>
15.	<i>União Nacional de Camponeses</i>	<i>Rogério P. Ossemane</i>
16.	<i>Fórum Terra</i>	<i>Marina Pancas</i>
17.	<i>Instituto Investiment Desenvolvimento</i>	<i>José Negrão</i>
18.	<i>OTM-CS</i>	<i>Madalena Zandamela</i>
19.	<i>OTM-CS</i>	<i>Adelino Muana Waya</i>
20.	<i>Conselho Cristão de Moçambique</i>	<i>Jaime Chivite</i>
21.	<i>Conselho Cristão de Moçambique</i>	<i>Alcino Moiana</i>
22.	<i>Conselho Islámico</i>	<i>Bayano R. Valy</i>
23.	<i>Congresso ISLAMICO</i>	<i>Hassan Ismail Makda</i>
24.	<i>CONCERN Moçambique</i>	<i>Manoosm Mossaegm</i>
25.	<i>JOAP/OXFAM</i>	<i>Helena Chiguele</i>
26.	<i>World Vision</i>	<i>Eleutério Fenta</i>
27.	<i>Universidade Eduardo Mondlane</i>	<i>Venâncio Massingue</i>
28.	<i>Universidade Pedagógica</i>	<i>Gaspar Moniquela</i>
29.	<i>Instituto Superior de Relações Internacionais</i>	<i>Jamisse Taimo</i>
30.	<i>ISCTEM</i>	<i>Stela Viola</i>
31.	<i>Khanimambo</i>	<i>Lina Magaia</i>

	OBSERVADORES	
	Banco de Moçambique	
32.	<i>Banco de Moçambique</i>	<i>Clara de Sousa</i>
33.	<i>Banco de Moçambique</i>	<i>Miguel Arcanjo</i>
	Instituições Públicas; Nível Central	
34.	<i>MINED</i>	<i>Virgílio Juvane</i>
35.	<i>MADER</i>	<i>Carlos A. Levy</i>
36.	<i>MINEC</i>	<i>José M. Morais</i>
37.	<i>MOPH/ANE</i>	<i>Tiago Massingue</i>
38.	<i>MMCAS</i>	<i>Antónia Xavier</i>
39.	<i>MINTRAB</i>	<i>Abílio Mussane</i>
40.	<i>INGC</i>	<i>Silvano Langa</i>
41.	<i>CNCS</i>	<i>Diogo Milagre</i>
42.	<i>MPF/DCI</i>	<i>Argentina Maússe</i>
43.	<i>MPF/GEST</i>	<i>Pedro Couto</i>
44.	<i>MPF/GEST</i>	<i>Maimuna Ibrahimio</i>
45.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>José Sulemane</i>
46.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Momad Piaraly Juthá</i>
47.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Cristina Matusse</i>
48.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Elena Arjona</i>
49.	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Hanifa Ibrahimio</i>
50.	<i>MPF/GM</i>	<i>Sheila Santana Afonso</i>

ANEXO 3. 3:SINTESE DA REUNIÃO ENTRE
O GOVERNO E OS PARCEIROS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

Teve lugar no dia 24/04/2003 às 14:30h no Hotel VIP em Maputo uma reunião entre membros do Governo e representantes dos Parceiros da Cooperação Internacional (ver lista de participantes) presidida por S. Excia. a Ministra do Plano e Finanças.

Esta reunião foi a última de três **encontros preparatórios** do Observatório da Pobreza (OP) do 28 de Abril. As reuniões parcelares visavam permitir uma interacção mais estreita entre o Governo e os seus parceiros, focalizada nos assuntos prioritários para cada grupo de parceiros. Neste âmbito, o Governo já se reuniu em separado com representantes do Sector Privado e da Sociedade Civil no dia 21 de Abril.

Constituíram agenda desta reunião: 1)Apresentar a proposta do Observatório e esclarecer as questões sobre este ponto; 2) Consultar aos parceiros sobre o ritmo e direcção das actividades implementadas em prol do desenvolvimento e identificar as áreas que merecem mais atenção; 3)Discutir profundamente um assunto específico sob a proposta dos parceiros; e 4) Anunciar a quota de participantes ao Observatório no dia 28 e solicitar aos parceiros que seleccionem os seus representantes;

APRESENTAÇÃO

Foram feitas apresentações, pelo governo, sobre o **Observatório da Pobreza** e o **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA**.

Foi apresentada a **proposta do OP** com ênfase nos aspectos de fundamentação, estrutura, natureza, periodicidade, e abrangência do Observatório segundo o documento oficial de proposta, previamente distribuído.

O OP é um **fórum de natureza consultiva** de alto nível, central, que tem por **fim** aprofundar a interacção entre o Governo e todos os seus parceiros na monitoria e avaliação (M&A) da implementação das políticas e planos adoptados em prol da redução da pobreza, com destaque para o PARPA.

Portanto, o Observatório difere fundamentalmente das reuniões do **Grupo Consultivo (CG)**. O CG debruça-se sobre a estratégia governativa de médio prazo, fazendo-se o balanço da sua execução no ano anterior e delineando-se as perspectivas do programa correspondente ao ano que se segue. É no âmbito do CG que se negocia o prosseguimento da assistência financeira externa (donativos e créditos).

Apresentou-se o **Relatório de Avaliação da Implementação do PARPA 2001 –2002**. Os indicadores reflectem um aumento da oferta de serviços públicos, embora a cobertura não seja ainda suficientemente abrangente. No geral, o desempenho sectorial foi positivo, com destaque para a Educação, Saúde e Boa Governação. Constatou-se que 64% da

despesa total é afectada às áreas prioritárias no âmbito do combate à pobreza. Não obstante, torna-se imperativo elevar a efectividade, eficiência e qualidade dos programas do Governo. Foi evidenciada a urgência de reforçar os sistemas de M&A da acção do Governo.

DISCUSSÃO

ABORDAGEM PELOS PARCEIROS

Os parceiros felicitaram ao Governo pelos enormes progressos realizados desde 1996. No debate, os parceiros analisaram a sua *interacção* com o Governo e privilegiaram as discussões a volta da i) *planificação e monitoria* das actividades e ii) as prioridades no fomento de um *crescimento* económico abrangente.

Os parceiros da cooperação internacional salientaram a necessidade de um **diálogo** mais transparente e profundo com o Governo, especialmente no âmbito do apoio externo ao Orçamento de Estado. Para aumentar a previsibilidade no fluxo de fundos externos, as agências de cooperação precisam demonstrar aos respectivos parlamentos nacionais a eficiência do apoio providenciado a Moçambique. Para isso é preciso que o Governo providencie informação sobre a execução orçamental, os resultados do seu desempenho, e o impacto das acções realizadas. Esta interacção também permitiria aumentar a eficácia da colaboração entre o Governo e os parceiros internacionais.

Os sistemas de **monitoria** que deveriam fornecer estas informações são ainda deficientes. Os parceiros são da opinião que o seu aperfeiçoamento é prioritário. Para além de oferecer o seu apoio ao processo de desenvolvimento da M&A, os parceiros **recomendaram**: i) a criação de um sistema de monitoria central e interno ao Governo ii) o uso de uma lista restrita de indicadores, especialmente de impacto (implica o desenvolvimento de inquéritos) iii) o aumento da capacidade de análise dos dados, iv) a integração efectiva dos instrumentos de monitoria v) o reforço dos sistemas de informação e monitoria ao nível sectorial vi) o aprofundamento da abordagem participativa (mecanismos de consulta, abertura aos meios de comunicação).

Para melhorar a **planificação**, i) o Governo deve definir claramente as suas prioridades ii) os instrumentos de planeamento devem estar integrados; iii) a revisão do PARPA deve beneficiar-se do conhecimento adquirido no exercício da monitoria.

No âmbito da promoção de um **crescimento** económico abrangente e sustentável, os parceiros identificaram como áreas que precisam mais atenção o emprego, o fomento da iniciativa privada, o desenvolvimento rural, a redução da vulnerabilidade, a luta contra o HIV-SIDA e a gestão dos recursos naturais.

ABORDAGEM PELO GOVERNO

O Governo comentou os progressos e os desafios nestas áreas, que são da competência de vários sectores.

Foram discutidos os seguintes factores críticos para o **fomento da iniciativa privada**: i) O papel do sector público: os parceiros são da opinião que deveria se reduzir a participação do Sector Público na economia para permitir o desenvolvimento do sector privado; ii) a provisão de serviços administrativos deve melhorar; está em curso a **reforma do sector público**, que tenta abordar estas questões inclusive através da descentralização. Um dos aspectos chave é a formação e capacitação do pessoal; iii) O Governo advogou por uma visão integrada da **cooperação internacional**, para evitar distorções nas relações comerciais dos países da região; iv) O Governo pediu aos doadores para ajustarem as regras de **procurement** para permitir o acesso das empresas nacionais aos contratos. Por outro lado, é preciso promover a formação técnica e de gestão para que mais empreiteiros nacionais tenham a capacidade de competir pela realização de obras tanto de pequena assim como de grande dimensão; v) O Governo está ciente da necessidade de desenvolver o **sistema financeiro** e aumentar a sua estabilidade e, neste sentido, está a reforçar as actividades de supervisão, para além da reorganização dos grandes bancos (Austral e BIM); vi) A incapacidade do **sistema judicial** de resolver com celeridade os conflitos sobre contratos foi salientada como um dos factores que impede o desenvolvimento do Sector Privado. Foram já aprovados vários códigos no âmbito da reforma do sistema, visando melhorar o acesso à justiça e reduzir a corrupção. Os parceiros salientaram a necessidade de proceder à implementação dos decretos. Outros aspectos importantes são a formação e sistema de remunerações dos quadros, as actividades de inspecção e o estabelecimento de Centros de Arbitragem; vii) O Governo entende que o fomento da iniciativa privada também depende do desenvolvimento de **infra-estruturas**.

Os presentes abordaram o **desenvolvimento rural** como um assunto que vai para além do aumento da produção agrária. O Governo destacou as melhorias registradas no funcionamento e na gestão interna das instituições públicas relevantes nesta área. Foram destacados os seguintes desafios: i) mudar a atitude geral *vis à vis* a agricultura, para que seja percebida como um negócio e não uma “ocupação”; ii) aumentar a produtividade do sector familiar (também através da educação); iii) promover a comercialização dos produtos agrícolas; iv) facilitar o acesso à terra; v) desenvolver as infra-estruturas para facilitar o desenvolvimento rural; vi) reduzir a vulnerabilidade alimentar. Os programas PROAGRI II (Agricultura) e ROCS III (Estradas), em elaboração, pretendem ir ao encontro destes desafios.

No âmbito da redução da **vulnerabilidade** o Governo indicou que existe necessidade de um Plano de Contingência para a prevenção de desastres naturais e gestão das calamidades que abranja os diferentes aspectos ligados a esta questão. Os projectos de desminagem também são importantes, aumentam a segurança das pessoas.

O Governo referiu-se à necessidade de envolver e capacitar às comunidades locais e ao sector privado na boa gestão dos **recursos naturais**. Os parceiros destacaram a necessidade de contrabalançar o potencial económico e os riscos médio-ambientais de algumas actividades como por exemplo o turismo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os presentes chegaram a um **consenso** enquanto aos seguintes assuntos: i) Necessidade de criar linhas de orientação para a concentração dos esforços futuros em prol do desenvolvimento; ii) Necessidade de reforçar a monitoria do desempenho do Governo desenvolvendo a) a abordagem participativa, b) a capacidade de M&A dos sectores c) indicadores convergentes com os indicadores do Milénio; iii) Conveniência de dar mais ênfase no PARPA às componentes de prevenção do impacto dos desastres naturais, luta contra o HIV-SIDA, apoio à iniciativa privada (incluindo atenção às regras de procurement) e desenvolvimento rural.

Para além dos assuntos acima, os **parceiros** internacionais insistiram especialmente em que i) o diálogo com o Governo deve ser intenso e transparente de maneira a acrescentar a confiança mútua, e subsequentemente, a previsibilidade do fluxo de fundos; ii) a boa governação é um factor fundamental para o desenvolvimento; iii) a monitoria deve focalizar-se na análise do impacto das acções realizadas.

O Governo **comprometeu-se** a integrar o PARPA com os outros instrumentos de planificação, de maneira que seja possível avaliar a sua implementação através dos documentos de balanço já existentes (Balanço do Plano Económico e Social e Relatórios de Execução de Orçamento de Estado). Para que a participação dos parceiros tenha o máximo impacto, o OP deveria coincidir com o início do ciclo anual de planeamento. O Secretariado Técnico do Observatório (na DNPO-MPF) foi encarregue da análise da operacionalização do resto das recomendações da reunião.

No **encerramento** da reunião, S. Excia a Sra. Ministra do Plano e Finanças avaliou positivamente o encontro e descreveu a interacção entre o Governo e os seus parceiros como um processo de aprendizagem contínua. S. Excia agradeceu aos presentes a sua participação franca e directa e convidou aos representantes dos parceiros internacionais e do Governo à sessão plenária do Observatório no dia 28 de Abril, mostrando-se esperançada na sustentabilidade a longo prazo desta iniciativa.

DIVERSOS

ASSUNTOS RELATIVOS À SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL

O Governo informou que a sessão plenária do OP terá lugar o dia 28 de Abril, no Hotel Rovuma, durante todo o dia, com a participação de representantes do Governo, da Sociedade Civil, Sector Privado, e parceiros da Cooperação Internacional. S. Excia, o Presidente da República proferirá o discurso de abertura.

Com o fim de garantir a maior representatividade dos parceiros na sessão, foi restringido a cerca de oitenta o número de assentos no OP. O Governo estabeleceu em 20 lugares a **quota** de representantes dos parceiros internacionais, incluindo três lugares reservados aos representantes do Banco Mundial, do FMI e do PNUD. A selecção dos representantes é da exclusiva competência dos parceiros internacionais. A lista definitiva devia ser

comunicada ao Governo com a máxima celeridade, para facilitar o processo de envio dos convites.

**REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
PREPARAÇÃO PARA O OBSERVATÓRIO DA POBREZA (21/04/2003)**

LISTA DE PARTICIPANTES

	GOVERNO	
	Ministros	
1	<i>Ministra do Plano e Finanças</i>	<i>Luísa Diogo</i>
2	<i>Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação</i>	<i>Leonardo Simão</i>
3	<i>Ministro da Educação</i>	<i>Alcido Nguenha</i>
4	<i>Ministro da Indústria e Comércio</i>	<i>Carlos Morgado</i>
5	<i>Ministro da Justiça</i>	<i>José Abudo</i>
6	<i>Ministra da Mulher e da Coordenação da Acção Social</i>	<i>Virgínia Matabele</i>
7	<i>Ministro das Obras Públicas e Habitação</i>	<i>Roberto Costley-White</i>
8	<i>Ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia</i>	<i>Lídia Brito</i>
9	<i>Ministro das Pescas</i>	<i>Cadmiel Muthemba</i>
10	<i>Ministro de Administração Estatal</i>	<i>José Chichava</i>
11	<i>Ministro da Saúde</i>	<i>Francisco Songane</i>
12	<i>Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	<i>João Carrilho</i>
13	<i>Vice-Ministra de Recursos Minerais e Energia</i>	<i>Esperança Bias</i>
14	<i>Secretário Permanente do Ministério do Interior</i>	<i>Armando Mário Correia</i>
	Banco de Moçambique	
15	<i>Governador do Banco de Moçambique</i>	<i>Adriano Maleiane</i>
	PARCEIROS	
	Parceiros da Cooperação Internacional	
16	<i>Representante Residente do Banco Mundial</i>	<i>Darius Mans</i>
17	<i>Representante Residente do FMI</i>	<i>Perry Perone</i>
18	<i>Representante do PNUD</i>	<i>Marylène Spezzati</i>
19	<i>Resident Coordination Office do PNUD</i>	<i>Peter Reeh</i>
20	<i>Representante da FNUAP</i>	<i>Mehri Hekmati</i>
21	<i>Representante do PMA</i>	<i>Angela Van Rynbach</i>
22	<i>Representante da FAO</i>	<i>Peter Vandor</i>
23	<i>Director da USAID</i>	<i>Jay L. Knott</i>
24	<i>Embaixador da República Federal da Alemanha</i>	<i>Ulf -Dieter Klemm</i>
25	<i>Cônsul do Canada</i>	<i>Laurent Charette</i>
26	<i>Embaixador da Dinamarca</i>	<i>Thomas Schjerbeck</i>
27	<i>Embaixador da Noruega</i>	<i>Henning Stiro</i>
28	<i>Embaixadora dos Países Baixos</i>	<i>Lidi Rimmelzwaal</i>
29	<i>Embaixador da Suécia</i>	<i>Maj- Inger Klingvan</i>
	Acompanhantes	

30	<i>Embaixada da República Federal da Alemanha</i>	<i>Cristoph Rauh</i>
31	<i>Embaixada da França</i>	<i>Jean-Claude Kohler</i>
32	<i>Embaixada da França</i>	<i>Oliwier Hnot</i>
33	<i>Embaixada da Finlândia</i>	<i>Alexandra Martins</i>
34	<i>Embaixada da Noruega</i>	<i>Lars Ekman</i>
35	<i>Embaixada da Noruega</i>	<i>Jan Arne Munkeby</i>
36	<i>Embaixada EUA</i>	<i>David Hodge</i>
37	<i>Embaixada da Suíça</i>	<i>Adrian Hadorn</i>
38	<i>Embaixada dos Países Baixos</i>	<i>Weert Mostert</i>
39	<i>Embaixada do Japão</i>	<i>Takuo Sato</i>
40	<i>Embaixada da Irlanda</i>	<i>Kevin Colgan</i>
41	<i>Embaixada da Irlanda</i>	<i>Inocência Macuácuca</i>
42	<i>Embaixada da Suécia</i>	<i>Anton Johnston</i>
43	<i>Secretário da Embaixada da Rússia</i>	<i>Sergei Rimskiy</i>
44	<i>Cooperação Suíça</i>	<i>Telma Loforte</i>
45	<i>Cooperação Canadiana</i>	<i>Gabriel Dava</i>
46	<i>Cooperação Portuguesa</i>	<i>Fernando Costa</i>
47	<i>Cooperação Italiana</i>	<i>Andrea Borgarello</i>
48	<i>UNICEF</i>	<i>Gloria M. Kodzwa</i>
49	<i>UNICEF</i>	<i>Girmay Haile</i>
50	<i>Agence Française de Développement</i>	<i>Françoise Desmazière</i>
51	<i>Agence Française de Développement</i>	<i>Guillaume Chiron</i>
52	<i>Banco Mundial</i>	<i>António Franco</i>
53	<i>Banco Mundial</i>	<i>Dipac Jaiantilal</i>
54	<i>DFID</i>	<i>Melanie Speight</i>
55	<i>DFID</i>	<i>Eamon Cassidy</i>
56	<i>União Europeia</i>	<i>José Nunes</i>
57	<i>USAID</i>	<i>Luísa Capelão</i>
58	<i>USAID</i>	<i>Julius Schlotthauer</i>
59	<i>FNUAP</i>	<i>Mamunune N. Agy</i>
60	<i>AUSAID</i>	<i>Stacey Walker</i>
61	<i>G-11</i>	<i>Caterina Meloni</i>
62	<i>OMS</i>	<i>Pierre Kahozi- Sangwa</i>
63	<i>PNUD</i>	<i>Aeneas C. Chuma</i>
	OBSERVADORES	
	<i>Banco de Moçambique</i>	
64	<i>Banco de Moçambique</i>	<i>Clara de Sousa</i>
	<i>Instituições Públicas; Nível Central</i>	
65	<i>MINED</i>	<i>Virgilio Juvane</i>
66	<i>MADER</i>	<i>Marcelo R. Chaquisse</i>
67	<i>MJUST</i>	<i>Orlando Macuácuca</i>
68	<i>MOPH/DE</i>	<i>João Sambora</i>

69	<i>MOPH/ANE</i>	<i>Tiago Massingue</i>
70	<i>INE</i>	<i>Manuel Gaspar</i>
71	<i>MISAU/DPC</i>	<i>Manuel Ndimande</i>
72	<i>MISAU/DAG</i>	<i>Gertrudes Machatine</i>
73	<i>MINEC/DEPI</i>	<i>Armando Zaqueu</i>
74	<i>INGC</i>	<i>Silvano Langa</i>
75	<i>MPF</i>	<i>António Fernando Laice</i>
76	<i>MPF/DCI</i>	<i>Argentina Maússe</i>
77	<i>MPF/GEST</i>	<i>Pedro Couto</i>
78	<i>MPF/DNPO</i>	<i>José Sulemane</i>
79	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Momad Piaraly Juthá</i>
80	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Cristina Matusse</i>
81	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Elena Arjona</i>
82	<i>MPF/DNPO</i>	<i>Hanifa Ibrahimio</i>
82	<i>MPF/GM</i>	<i>Sheila Santana Afonso</i>